

Revista de Administração e Contabilidade

Volume 16, Ano 2024

Feira de Santana, ID edição: 10.29327/2402066.15.1

ISSN: 2177-8426

**Estratégias de redução de custos no setor público: estudo de caso nos
Institutos Federais da região Nordeste**

Florisvaldo Cunha Cavalcante Júnior

Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Email: junior.ccavalcante@gmail.com

Resumo

No contexto atual de contenção de gastos que as instituições públicas estão inseridas, faz-se necessário a exploração das diversas plataformas e sistemas que reduzem a burocracia, informatiza processos, possibilitando maior eficiência, eficácia e efetividade ao serviço público. O objetivo geral desse trabalho é identificar as principais plataformas que foram implementadas nos Institutos Federais da Região Nordeste para gerar economicidade. Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo quantitativo, descritivo, exploratório. Quanto aos procedimentos adotados para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental nos sites dos 11 institutos federais da Região Nordeste. Percebeu-se, que os três sistemas mais utilizados são o SEI, SIGAA e SUAP. Constatou-se uma significativa adesão aos sistemas pesquisados, pelos IFES, o que sinaliza uma preocupação com a eficiência e economicidade, visto que são inúmeros os benefícios oferecidos por esses sistemas. Verificou-se, que todos os sistemas contribuem de forma significativa para a economicidade nos órgãos públicos, pois reduzem o uso de papel, possibilita acesso mais rápido e eficiente as informações, evita deslocamentos, aumenta o controle, entre uma série de benefícios. Conclui-se que é necessário que os órgãos públicos continuem expandindo a informatização dos seus processos, pois essa é uma das formas mais eficiente e eficaz para gerar a economicidade na Administração Pública.

Palavras-chave: Administração Pública; Eficiência; Economicidade; Serviço Público; Sistemas.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual de contenção de gastos que as instituições públicas estão inseridas, faz-se necessário a exploração das diversas plataformas e sistemas que reduzem a burocracia, informatiza processos, possibilitando maior eficiência, eficácia e efetividade ao serviço público.

Nesse contexto, o está inserido o princípio da economicidade, que é um princípio constitucional, expresso no art. 70 da Constituição Federal de 1988. É a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos (Brasil, 2021).

Para Araújo e Rodrigues (2012), os esforços no sentido de modernizar a execução das ações da administração pública exemplificam o fato de que realizar de maneira eficiente e econômica as funções atribuídas ao Estado tornou-se uma necessidade nas últimas décadas.

Silva e Revorêdo (2005) complementam que o propósito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes da administração pública brasileira deve evidenciar as dimensões da economicidade, subjacentes aos atos dos gestores e responsáveis por bens e valores públicos.

Já fiscalizar a economicidade implica a identificação, mensuração e reconhecimento de um conjunto particularmente complexo de fatores que não estão devidamente maturados, ainda, no cotidiano dos atos de gestores públicos brasileiros. Sob a dimensão da economicidade, a atividade administrativa é analisada a partir da ótica econômica. Busca-se a maximização dos benefícios e a minimização dos gastos associados (Silva; Revorêdo, 2005). O gestor deve seguir a opção mais vantajosa para a administração pública, considerando os recursos disponíveis, os objetivos a serem alcançados e as ofertas existentes (Figueiredo, 2001).

Esse estudo se justifica devido a necessidade da constante divulgação e contextualização de estratégias de redução de gastos públicos, bem como, aumento da eficiência, eficácia e efetividade dessas organizações.

Ante o exposto, a problemática desse trabalho é investigar quais os principais sistemas utilizados na atualidade nos institutos federais, bem como apresentar suas principais funcionalidades. O objetivo geral desse trabalho é identificar as principais plataformas que foram implementadas nos Institutos Federais da Região Nordeste para gerar economicidade.

Essa pesquisa está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo, apresenta os aspectos introdutórios, o segundo, uma breve revisão da literatura, o terceiro os procedimentos metodológicos, o quarto a análise e discussão dos resultados e o último capítulo se refere às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração Pública

A administração pública é regulada por meio de regras e princípios. Essas se fundamentam e se realizam através de atos legais e administrativos enquanto aqueles se fundamentam em valores que fazem parte da mesma administração pública e, em alguns casos, estão explicitados em normas construídas a partir de princípios constitucionais e legais (Leitão, 2017)

Saravia (2010) afirma que de um modo geral, no passado, os autores não distinguiam entre administração pública e administração de empresas. Para eles tudo era administração. Drucker (1999) lembra que, até a década de 30, o punhado de escritores e pensadores que se preocupavam com a administração – começando por Taylor, mais ou menos na virada do século, e terminando com Chester Barnard, logo antes da Segunda Guerra Mundial – presumia que a administração de empresas não passava de subdivisão da administração geral. Para eles, o termo “administração” se aplicava a qualquer tipo de organização não apenas às empresas.

Acerca dessa discussão, o quadro 1 apresenta os modelos de administração do setor privado e do setor público – principais diferenças.

Quadro 1: Modelos de administração do setor privado e do setor público – principais diferenças

Modelo do Setor Privado	Modelo do Setor Público
Escolha individual no mercado	Escolha coletiva na sociedade organizada
Demanda e preço	Necessidade de recursos públicos
Caráter privado da decisão empresarial	Transparência da ação pública

A equidade do mercado	A equidade das necessidades
A busca de satisfação do mercado	A busca da justiça
Soberania do consumidor	Cidadania
Competição como instrumento do mercado	Ação coletiva como instrumento da sociedade organizada
Estímulo: possibilidade de o consumidor escolher	Condição: consumidor pode modificar os serviços públicos

Fonte: Stewart e Ramson (1988)

Para Andion (2012) a abordagem do Novo Serviço Público (NSP) coloca novas luzes sobre aspectos pouco tratados pelas outras correntes. Em particular, percebe-se que há relocalização do espaço público na atualidade que se encontra numa zona de tensão permanente entre as esferas pública e privada (o público extrapola o Estatal). Isso pressupõe uma verdadeira ressignificação da ação pública ilustrada por algumas das ideias força tratadas por Denhardt e Denhardt (2003) nos seu livro *The New Public Service* e pelos outros autores citados, as quais representariam a essência do NSP, conforme consta no quadro 2.

Quadro 2 - Ressignificação da ação pública

O interesse público é o alvo não um sub-produto.	O foco dos servidores públicos deve ser a construção de interesses e responsabilidades compartilhadas junto a cidadãos e não a consumidores. Isso exige uma transição de interesses individuais, para interesses coletivos e gerais, o que pressupõe acordos.
Servir no lugar de guiar.	Mais do que pilotar a máquina pública, os gestores públicos devem ser capazes de agir como árbitros e mediadores de ações coletivas. Cada vez mais a legitimação do Estado estará ligada à sua capacidade de agir como um negociador junto aos vários atores (e seus interesses) que agem na cena pública.
Pensar estrategicamente, agir democraticamente.	Políticas e programas públicos podem ser mais efetivos se concebidos e implementados por meio de processos colaborativos (co-produção). Até porque os problemas públicos são muito mais complexos para serem resolvidos apenas pelo Estado.
O território (não no sentido administrativo), mas como lócus de identidade e de recursos específicos, passa a ser o espaço privilegiado de intervenção pública.	O território é construído política e socialmente, em relação a um problema específico.
Reconhecer que <i>accountability</i> não é simples.	<i>Accountability</i> vai muito além da prestação de contas em termos financeiros e de resultado. Torna-se necessário levar em conta as leis, as normas, os valores comunitários e os interesses dos cidadãos.
A cidadania deve ser colocada acima do empreendedorismo.	O foco excessivo na eficácia pode obscurecer o foco central que é promover o interesse público. Os servidores públicos não são apenas executivos do aparelho do Estado.

Fonte: Adaptado de Andion (2012)

Na visão de Paes de Paula (2005) e Milani (2008), no Brasil, percebe-se a influência das ideias do Novo Serviço Público é muito recente e se dá, sobretudo, após a consolidação democrática a partir da segunda metade dos anos 1990. Neste período há uma maior ampliação da descentralização entre as esferas de governo (com a municipalização), ocorre a criação de novos espaços de participação da sociedade civil na esfera pública (por meio de plebiscitos, audiências públicas, conselhos públicos etc.), surgem novos direitos (como os

direitos difusos) e há um reforço à mobilização social (por meio dos novos movimentos sociais e do envolvimento do setor privado nas questões públicas).

2.1 Economicidade no Serviço Público

Para Albiero e Silva (2018) a eficiência, para a Administração pública, é o ato de atender uma demanda social de maneira ampla e satisfatória, utilizando meios adequados e o menor dispêndio econômico possível, almejando o bem comum. Neste contexto, a eficiência é derivada da economicidade, que por sua vez significa o ato de gerar economia, ou seja, administrar de forma correta e responsável o recurso financeiro destinado a aquisição de um bem ou serviço para o atendimento das necessidades da maioria da sociedade de maneira desejável, proporcionando assim uma otimização da relação custo-benefício.

A economicidade agrega outros conceitos:

Representando o gênero do qual a eficiência, eficácia e a efetividade são espécies. O ato do gestor público é econômico quando, ao mesmo tempo, é eficiente porque produz mais benefícios com menos recursos; é eficaz, porque consegue atingir as metas previamente estabelecidas nos planos, e adicionalmente, é efetivo, porque satisfaz às necessidades dos usuários/clientes, agregando resultado mensurável dos níveis de bem-estar alcançados. (Silva; Revorêdo, 2005, p. 10).

Nesse sentido, a obediência ao princípio da economicidade precisa mostrar atenção da gestão com o bom uso dos recursos financeiros disponíveis, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Para tanto, faz-se necessária a pesquisa de preços a fim de verificar a coerência dos custos praticados pelo mercado, a obtenção dos menores custos por produtos gerados e, também, o desenvolvimento de fontes alternativas de receita (Leitão, 2020).

Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, mas pode servir como fonte inspiradora para os demais entes, estabelece, em seu artigo 14, que “o trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco”. Diante dessa redação, boa parte da doutrina entendeu que tal dispositivo consagraria o princípio da economicidade, referente à necessidade de observância da relação saudável entre custos e benefícios na Administração Pública, por meio da simplificação de processos e supressão de controles desnecessários e injustificadamente custosos, dentre outras medidas (Fernandes; Santana, 2020).

Contudo, Bugarin (1998, p. 44) entende, por exemplo, que, apesar de esse princípio não se encontrar formalmente entre aqueles constitucionalmente previstos para a Administração Pública, impõe-se materialmente como um dos vetores essenciais da boa e regular gestão de bens e recursos públicos.

Na opinião de, Di Pietro (2016, p. 898), ao tratar do aspecto financeiro, leciona que o controle da economicidade envolve “questão de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, a uma adequada relação custo-benefício”.

No ponto de vista de Oliveira (2002, p. 94) explica que “economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela se fez com modicidade, dentro da equação custo-benefício”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar as principais plataformas que foram implementadas nos Institutos Federais da Região Nordeste para gerar economicidade. O estudo

se classifica como pesquisa básica. Segundo Appolinário (2011), a pesquisa básica tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos.

No que se refere a abordagem do problema, foi utilizado o método quantitativo, com propósito exploratório. Para Kauark, Manhães, Medeiros (2010, p. 27) a pesquisa quantitativa “lida com fatos, tudo aquilo que pode se tornar objetivo através da observação sistemática; evento bem especificado, delimitado e mensurável”.

Já a classificação quanto aos objetivos, se enquadra como exploratória e descritiva. Beuren et. al. (2003, p.80) define que “por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a conclusão da pesquisa.” Cervo, Bervian e Silva (2007), complementam que “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes”. Silva e Menezes (2000, p.21) afirmam que “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos adotados para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental. Para Gil (2008) a Pesquisa Documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Nesse estudo, foi realizada uma consulta documental nos sites dos 11 (onze) Institutos Federais da Região Nordeste, no tocante a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Os dados coletados foram tabulados, analisados e estão apresentados em quadros no próximo capítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo foi realizado em 11 (onze) Institutos Federais, todos sediados na Região Nordeste, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Instituições universo do estudo

UF	INSTITUIÇÃO	SIGLA
AL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL
BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IFBAIANO
CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE
MA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA
PB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB
PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IFSERTÃO-PE
PI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI
RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN
SE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa (2021).

Como se observa no quadro 1, todos os estados da Região Nordeste possuem Institutos Federais e os 2 (dois) estados, Bahia e Pernambuco, são os únicos que possuem duas instituições, IFBA e IFBAIANO (Bahia) e IFPE e IFSERTÃO (Pernambuco) em Pernambuco. Em relação aos principais sistemas que proporcionam economicidade, os achados constam no Quadro 4.

Quadro 4 – Principais sistemas que proporcionam economicidade nos Institutos Federais

SISTEMA	DESCRIÇÃO
SEI	O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa através da criação e tramitação de processos totalmente em meio eletrônico, sem a necessidade de elaboração de documentos em papel. O SEI é cedido, gratuitamente, para todas as instituições públicas do Brasil (federais, estaduais e municipais) e faz parte do projeto do Governo Federal conhecido como Processo Eletrônico Nacional (PEN).
SIGAA	O SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.
SUAP	O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) foi criado pela equipe de desenvolvimento da Coordenação de Sistemas de Informação (COSINF) da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN para a gestão dos processos administrativos e acadêmicos deste Instituto Federal. Devido a essas peculiaridades, o sistema vem sendo utilizado também por vários Institutos Federais, através de convênios firmados, mediante os quais o Instituto Federal do Rio Grande do Norte cede, de forma colaborativa, o uso do SUAP para essas outras instituições. Atualmente, o sistema se encontra em pleno desenvolvimento e, portanto, continua recebendo atualizações constantes para resolução de "bugs", adição de novas funcionalidades, melhorias de funcionalidades existentes e criação de novos módulos.

Fonte: Adaptado de UFJF, UFRPE, IFRN (2021)

Constatou-se, durante a execução da pesquisa, que esses três sistemas são os mais utilizados nas instituições objeto de estudo. Embora cada um tenha funções bem específicas, todos contribuem de forma significativa para a economicidade nos órgãos públicos, pois reduzem o uso de papel, possibilita acesso mais rápido e eficiente as informações, evita deslocamentos, aumenta o controle, entre uma série de benefícios.

Em relação aos sistemas que são utilizados por cada instituição, os resultados estão expostos no Quadro 5.

Quadro 5 - Instituições Usuárias

SISTEMA	INSTITUIÇÕES USUÁRIAS										
	IFAL	IFBA	IFBAIANO	IFCE	IFPB	IFPE	IFPI	IFMA	IFRN	IFS	IFERTÃO-PE
SEI		X	X	X	X					X	
SIGAA	X		X							X	
SUAP		X	X	X	X	X	X	X	X		X

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no quadro 3, o SUAP é o sistema mais utilizado nas instituições pesquisadas (81,81%) e o SIGAA com (27,27%) o menos utilizado. Entretanto, observa-se que todas elas fazem o uso de algum tipo de sistema, seja para controlar questões acadêmicas (SIGAA e SUAP) ou rotinas administrativas diversas (SEI e SUAP).

Importante ressaltar que as instituições não utilizam apenas esses três sistemas, muitas delas utilizam sistemas próprios e outros sistemas a exemplo do SIPAC - Sistema Integrado de

Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos. Ademais, no tocante as funcionalidades dos sistemas, os achados são apresentados no quadro 6, 7 e 8.

Quadro 6 – Principais funcionalidades do SEI

O SEI possui diversas funcionalidades e permitem estabelecer a gestão de documentos de forma sistematizada por meio de:

- produção de documentos dentro do ambiente do próprio sistema e assinatura eletrônica;
- controle do nível de acesso, gerenciamento e o trâmite de processos e documentos restritos e sigilosos, conferindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos;
- criação de modelos de documentos;
- criação de textos padrão;
- criação de Base de Conhecimento dos processos (fluxo de trâmite do processo);
- autuação do documento em qualquer unidade administrativa e tramitação em múltiplas unidades, que podem ser demandadas simultaneamente e manifestar-se no mesmo expediente administrativo;
- acompanhamento especial do andamento dos processos de interesse da unidade;
- controle de prazos; estatísticas da unidade e tempo do trâmite do processo;
- assinatura de documentos por meio de blocos de assinatura;
- organização interna de processos em bloco;
- sobrestamento de processos;
- pesquisa em todo teor, nos casos de processos públicos;
- inspeção administrativa, com fornecimento de estatísticas da unidade (tais como: tempo de trâmite do processo, quantidade e tipos de documentos gerados);
- acesso externo ao processo (gerência o acesso de usuários externos aos expedientes administrativos que lhes digam respeito, permitindo que tomem conhecimento do teor do processo e, por exemplo, assinem remotamente contratos e outros tipos de documentos);

Fonte: Adaptado de Portal SEI (2022)

Ante o exposto, percebe-se que o SEI é mais voltado para a gestão de documentos oficiais, contribuindo de forma significativa para a gestão de custos, pois acarreta da redução de custos, principalmente com papel, correspondências e impressões, contribuindo, dessa forma, com a redução de custos, atendendo o princípio da economicidade. No tocante as principais funcionalidades do SIGAA, os dados estão apresentados no quadro 7.

Quadro 7 – Principais funcionalidades do SIGAA

O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através de todos os módulos de ensino, submissão e controle de projetos e bolsistas, de pesquisa, de ações de extensão, e dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e é um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

Fonte: ASSIS (2020)

Diante dos dados apresentados, verifica-se que o SIGAA é mais voltado para atividades acadêmicas e de ensino, tendo, também, considerável relevância no atendimento ao princípio da economicidade, além da eficiência nos processos. Em relação as principais ferramentas do SUAP, os achados estão expostos no Quadro 8.

Quadro 8 – Principais funcionalidades do SUAP

Módulo	Descrição
Gestão de Pessoas	Integrado com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), com gestão de dados funcionais, editais de remoção, contracheques, competições desportivas, férias, digitalização de pastas funcionais, impressões de carteiras funcionais e crachás, indicadores de pessoal, entre outros.
Ponto Eletrônico	Módulo de registro e acompanhamento de ponto eletrônico, através de terminais, com base em desktop, autenticação por biometria e topologia distribuída.
Protocolo	Módulo destinado à gestão de trâmites de unidade protocolizada.

Módulo	Descrição
Patrimônio	Módulo destinado à gestão de controle patrimonial, com coletor de dados (tipo Android), possibilitando emissão de relatórios financeiros, trâmites de transferência de inventários e localização de bens, além de operações referentes à depreciação patrimonial.
Almoxarifado	Módulo de controle de estoque de almoxarifado.
Planejamento	Módulo de planejamento anual da Instituição, com gestão de objetivos, metas e ações
Contratos	Módulo de gestão de contratos, com funcionalidades de controle de medições, anexação de documentos contratuais, fiscais, avisos de vencimento, renovação etc.
Convênios	Módulo de gestão de convênios.
Catálogo de Materiais	Catálogo único de materiais utilizados nos módulos de Patrimônio e Almoxarifado, com especificação técnica e pesquisa de preços.
Compras	Módulo para levantamento de necessidades de compras em todos os Campi do Instituto Federal.
Chaves	Módulo para controle de empréstimo de chaves de salas e veículos com terminal biométrico.
Gestão de Projetos de Extensão	Módulo de gestão dos projetos de extensão institucionais, permitindo o acompanhamento e a emissão de relatórios de projetos.
Controle de Acesso de Visitantes	Terminal de controle de acesso de visitantes com dados cadastrais, foto e histórico de visitas
Gestão de Cursos e Concursos	Módulo para acompanhamento de horas trabalhadas por servidores para recebimento de proventos por encargos de cursos e concursos.
Edu	Módulo de gestão acadêmica para todas as atividades de ensino de uma instituição acadêmica. Dividido por níveis de ensino, atualmente, atende os cursos de formação inicial e continuada (FIC) e está iniciando a fase de testes para os cursos de pós-graduação.
Indicadores de Gestão	Módulo de dados para o cálculo dos indicadores de gestão institucional exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), armazenando todas as variáveis necessárias para calcular os indicadores de forma clara, sem intervenções manuais.
Autoavaliação	Módulo de gestão do processo de autoavaliação institucional, com aplicação de formulários de pesquisa para toda a comunidade do IFCE.
Consulta pública PDI	Módulo para consulta pública, em toda a comunidade institucional, visando à catalogação de sugestões de todos os usuários no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Currículos e Grupos CNPQ Lattes	Módulo de importação de currículos da Plataforma Lattes, bem como de informações de Grupos de Pesquisa para disponibilização e cálculo de indicadores de pesquisa.
Clipping	Módulo de gestão de clipping para o setor de Comunicação Social com motor de busca em veículos de comunicação digitais.
Central de Serviços de TI:	Módulo de gestão de Central de Serviços de TI, baseado nas boas práticas de ITIL (sigla para Information Technology Infrastructure Library), cobrindo a gestão de

Módulo	Descrição
	incidentes e requisições, com base de conhecimento e escalonamento entre níveis de atendimento.
Sistema Gestor de Concursos	Módulo de gestão de todo o processo que envolve a realização de Concurso Público ou Processo Seletivo Discente, cobrindo todas as etapas, desde inscrição, acompanhamento de pagamentos, logística operacional de realização das provas, correção, classificação e divulgação dos resultados.

Fonte: IFRN (2022)

O SUAP, pela sua variedade de funcionalidades, se apresenta como o sistema mais completo da amostra do estudo, ele praticamente abrange todas as áreas dos institutos federais, fornecendo dessa forma, subsídios para redução efetiva de custos e alinhamento da instituição com o princípio da economicidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi identificar os principais sistemas que foram implementados nos Institutos Federais da Região Nordeste para gerar economicidade. Percebeu-se, que os três sistemas mais utilizados são o SEI, SIGAA e SUAP.

Constatou-se uma significativa adesão aos sistemas pesquisados, pelos IFES, o que sinaliza uma preocupação com a eficiência e economicidade, visto que são inúmeros os benefícios oferecidos por esses sistemas.

Verificou-se, que todos os sistemas contribuem de forma significativa para a economicidade nos órgãos públicos, pois reduzem o uso de papel, impressões, possibilita acesso mais rápido e eficiente as informações, evita deslocamentos, aumenta o controle, entre uma série de benefícios.

Conclui-se que é necessário que os órgãos públicos continuem expandido a informatização dos seus processos, pois essa é uma das formas mais eficiente e eficaz para gerar a economicidade na Administração Pública.

As limitações do estudo é que a análise levou em conta apenas dados dos institutos federais, ou seja, não inclui as universidades federais, que desenvolvem, também, atividades afins as dos IFES e considerou apenas uma região do Brasil, a Região Nordeste.

Como sugestões para futuros estudos, recomenda-se estudos quantitativos da redução de custos de serviços administrativos dos períodos anteriores a implantação dos sistemas e períodos posteriores. Relevante, ainda, a inclusão das universidades federais, não só da Região Nordeste, mas de todas as regiões do país.

REFERÊNCIAS

- ALBIERO, H. J.; SILVA, M. R. Economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas via pregão eletrônico: estudo de caso dos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013 realizados pelo IFPR–Campus Assis Chateaubriand. **ForScience**, v. 6, n. 1, 2018.
- ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos Ebape**, v. 10, p. 01-19, 2012.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARAÚJO, L. M.; RODRIGUES, M. I. A. A relação entre os princípios da eficiência e da economicidade nos contratos administrativos. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 1, p. 0-0, 2012.
- ASSIS, S. P. O SIGAA na Formação Discente: Estudo de Caso nos Cursos da UFRR. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, 2020.

- BEUREN, I. M. (organizadora). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Economicidade**. Disponível em: <<https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/ajuda/glossario/economicidade#:~:text=Projeto%20de%20Investimento-,Economicidade,-Acessos%3A%2017584>>. Acesso em 14 ago. 2023.
- BUGARIN, P. S. Reflexões sobre o princípio constitucional da economicidade e o papel do TCU. **Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília**, v. 29, n. 78, p. 41-45, out./dez. 1998.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Forense, 2016.
- DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- FERNANDES, F. G.; SANTANA, F. P. R. Critérios contemporâneos da atuação administrativa: eficiência, economicidade e princípio fundamental à boa administração. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 77064-77080, 2020.
- FIGUEIREDO, P. H. **Contratação direta na administração pública**. (Monografia). Ministério Público e à Universidade de Alfenas - UNIFENAS. Belo Horizonte, 2001.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 220p. 2008.
- IFRN. **O que é o SUAP. 2022**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/tec-da-informacao/lateral/servicos/sobre-o-suap>> Acesso em 10 nov. 2023.
- KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum Editora, 2010.
- LEITÃO, A. A. P. Aplicação do princípio da economicidade na administração pública federal através da utilização de tecnologias web para aplicação de avaliações de múltipla escolha. **Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE**, v. 9, n. 1, 2017.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-79, mai./jun., 2008.
- OLIVEIRA, R. F. **Manual de Direito Financeiro**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- PAES, A. P. **Por uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PORTAL SEI. **O que é o SEI?** Disponível em: <<https://portalsei.df.gov.br/category/sobre-o-sei/o-que-e-o-sei/>> Acesso em 10 nov. 2023.
- SARAVIA, E. J. Administração Pública e Administração de Empresas: Quem Inspira a Quem? **Revista ADM.MADE**, ano 10, v.14, n.3, p.1-8, outubro/dezembro, 2010.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração e dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, C. A. T.; REVORÊDO, W. C. Economicidade da gestão pública municipal: um estudo das decisões do tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 2, p. 9-9, 2005.
- STEWART, J.; RANSON, S. Management in the public domain. **Public Money and Management**, p.13-19, Spring/Summer, 1988.
- UFJF. **Cadastro no SEI**. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ppgacl/area-dos-alunos/cadastro-no-sei/>>. Acesso em 01 ago. 2023.
- UFRPE. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/sigs>>. Acesso em 01 ago. 2023.